

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 02/10/2020 | Edição: 190-A | Seção: 1 - Extra | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.503, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020

Prorroga a aplicação da redução das alíquotas de tributos de que tratam o [Decreto nº 10.285, de 20 de março de 2020](#), o [Decreto nº 10.302, de 1º de abril de 2020](#), o [Decreto nº 10.318, de 9 de abril de 2020](#), e o [Decreto nº 10.352, de 19 de maio de 2020](#).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o [art. 84, caput, inciso IV, da Constituição](#), e tendo em vista o disposto no [art. 153, § 1º, da Constituição](#), no [art. 4º, caput, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971](#), no [art. 2º, § 3º, da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), no [art. 2º, § 3º, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), no [art. 8º, § 11, da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004](#), e no [Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020](#),

DECRETA:

Art. 1º O [Decreto nº 10.285, de 20 de março de 2020](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2021, ficam restabelecidas as alíquotas do IPI anteriormente incidentes sobre os produtos a que se refere o art. 1º." (NR)

Art. 2º O [Decreto nº 10.302, de 1º de abril de 2020](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2021, ficam restabelecidas as alíquotas do IPI anteriormente incidentes sobre os produtos a que se refere o art. 1º." (NR)

Art. 3º O [Decreto nº 10.318, de 9 de abril de 2020](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2021, ficam restabelecidas as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação anteriormente incidentes sobre o produto a que se refere o art. 1º." (NR)

Art. 4º O [Decreto nº 10.352, de 19 de maio de 2020](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2021, fica restabelecida a alíquota do IPI anteriormente incidente sobre o produto a que se refere o art. 1º." (NR)

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de outubro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Paulo Guedes

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.